

Propostas de Bracher aos bancos

por Peter Montagnon
do Financial Times

O Brasil tentará conseguir uma prorrogação de um a dois anos para os débitos vencidos após 17 de janeiro, assim como uma redução nas taxas de "spread" durante as conversações iniciadas em Nova York entre o presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, e uma comissão de importantes bancos liderada pelo Citibank.

As conversações marcam o primeiro encontro entre as duas partes desde que o Brasil deixou claro que não tenciona mais recorrer a um programa do Fundo Monetário International (FMI).

As tensões entre o Brasil e os bancos credores também se exacerbaram ante a recusa das autoridades brasileiras de honrar "in toto" os débitos contraídos no exterior pelos três bancos recentemente fechados. Contudo, os banqueiros consideram que a decisão de manter as conversações é um indício da determinação brasileira de analisar até onde pode ir na busca de assistência de bancos credores sem o apoio do FMI.

CURTO PRAZO

Bracher também tentará, junto aos bancos internacionais, um aumento no crédito de curto prazo. Atualmente, este total é de US\$ 10 bilhões, mas os compromissos devem expirar em 17 de janeiro juntamente com linhas de curto prazo do mercado monetário, de quase US\$ 6 bilhões.

O Brasil argumenta, agora, que o vigor de suas contas externas — o superávit comercial neste ano deverá aproximar-se dos US\$ 13 bilhões alcançados em 1984 e

a balança de pagamentos está quase em equilíbrio — significa que os bancos não precisam mais do apoio do FMI. "Contra esse pano de fundo, a margem de 2,125% sobre a rolagem dos créditos existentes parece-nos injustamente alta", argumentam os funcionários. Tivesse o Brasil sido capaz de negociar um reescalonamento de sua dívida no início deste ano e, certamente, teria tido uma economia de cerca de US\$ 500 milhões, somente como resultado de cortes de juros.

COMÉRCIO

O Brasil também argumenta que um aumento nos créditos comerciais de curto prazo permitiria uma expansão tanto das exportações quanto das importações, ajudando a promover o crescimento e ao mesmo tempo gerando recursos para o futuro serviço da dívida. Contudo, persiste uma considerável dúvida na comunidade bancária no tocante a até que ponto o Brasil deveria ser ajudado sem um acordo com o FMI. O Brasil anunciou recentemente um "pacote" de cortes orçamentários, mas não solicitou ao FMI sequer que monitorasse sua economia.

Normalmente, o FMI somente assume tais tarefas de monitoração quando recebe uma solicitação neste sentido do país envolvido. Isto significa que, atualmente, o FMI não está em condições de dar aos bancos muita orientação sobre a situação brasileira.

INFLAÇÃO

Os banqueiros argumentam que a posição do Brasil junto a seus credores fica debilitada devido a esta questão com o FMI, que levanta preocupações sobre a persistente inflação bra-

sileira e também pelo fracasso de Brasília em honrar os débitos dos bancos recentemente fechados. Até agora não foi possível sequer convencer todos os 560 credores a concordar com o atual acordo de rolagem da dívida, que foi apoiado pelos principais bancos no ano passado.

Isto significa que é improvável alcançar-se um acordo rápido sobre uma nova rolagem dos empréstimos atuais, particularmente por um período de entre um ou dois anos.

DEPENDÊNCIA

Os banqueiros acreditam que ainda têm alguma in-

fluência sobre o Brasil devido a sua dependência nas linhas de curto prazo do mercado monetário, as quais poderiam ser retiradas se problemas relevantes não forem superados. Entretanto, alguns observadores começam a detectar os primeiros indícios de uma admissão resignada de que um acordo com o FMI pode não ser realístico a curto prazo. Com os juros sendo pagos em dia e um superávit comercial, estaria tornando cada vez mais difícil insistir em que o Brasil adote um programa deste tipo contra sua vontade.